A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCIANA TEIXEIRA LUIZ ALVES DOS SANTOS

RESUMO
A Educação Inicial desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, intelectual, emocional e físico da criança, preparando-a para a educação formal. No entanto, os professores não devem aguardar passivamente até que a criança chegue ao primeiro ano do Ensino Fundamental. É essencial que a introdução das habilidades de leitura e escrita seja ampla e abrangente. Desde cedo, a criança deve ser exposta ao mundo da escrita, por meio de jornais, cartazes, contos, livros, entre outros, para que ela construa seu sistema de linguagem escrita com base em suas experiências nessa área. O papel do professor é facilitar o desenvolvimento da criança, buscando criar, encontrar e incentivar situações que sejam mais adequadas para cada aluno. O professor deve levar em consideração as experiências das crianças em casa e na escola, suas expectativas e diferenças individuais, a fim de tomar decisões pedagógicas apropriadas.

Palavras-chave: Iniciação à leitura; Crescimento; Educação Inicial.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da Educação Inicial, havia uma ênfase na instrução das crianças na leitura e escrita, muitas vezes de maneira compulsória, durante longas horas. Pouco se sabia sobre o desenvolvimento e as diferenças individuais entre as crianças. Consequentemente, todos eram ensinados da mesma forma ao ingressarem na Educação Inicial.

Na década de 1920, com o advento da Psicologia do Desenvolvimento, surgiu a ideia de não forçar a criança, mas sim esperar pelas condições adequadas para a aprendizagem. Assim, começaram a ser desenvolvidas listas de pré-requisitos para a leitura e escrita, destacando a importância de avaliar esses requisitos para determinar o momento apropriado para a criança iniciar o aprendizado. Conforme Silveira (1998, p. 137)...

Ler não é apenas relacionar significantes escritos a significados lingüísticos, conforme a crença dos estruturalistas, ou seja, um ato de decodificação, realizado a partir do conhecimento que os falantes têm do sistema de uma língua; portanto, ler não se reduz a saber decifrar letras e reconhecer palavras escritas, ainda que essa seja a crença corrente em nossa escola que entende que para ser bom leitor basta conhecer a ortografia, o vocabulário e as regras gramaticais da frase. Ler é um processamento cognitivo complexo das informações que produz interacionalmente conhecimentos novos para o leitor.

Quando a Educação Infantil adota as exigências da escola primária de que as crianças chegam a esse próximo nível sem saber nada, também assume a responsabilidade de prepará-las de acordo com os termos estabelecidos pela escola primária: a prática de sílabas começa na pré-escola, o treinamento da mão, as letras de forma, e assim por diante.

Outra posição absurda é a crença de que apenas o ensino fundamental deve lidar com a linguagem escrita, já que oferecer à criança situações que a envolvam com diversos materiais relacionados ao sistema de escrita é cuidar da linguagem escrita.

De acordo com Solé (2001), a abordagem dos requisitos prévios é fundamentada em uma explicação cumulativa da aprendizagem, que postula a existência de um conjunto de aprendizados supostamente relacionados às habilidades mais complexas.

Essas concepções justificaram a prática de atividades preliminares à leitura, cuja conexão com o processo de leitura em si é frequentemente difícil de demonstrar. Isso também leva a explicações curiosas para as dificuldades previsíveis que os alunos enfrentam ao se depararem com a leitura, atribuindo a uma aprendizagem básica a injusta responsabilidade por um desempenho insatisfatório.

A partir da década de 1960, surgiram duas posições distintas na educação pré-escolar em relação ao ensino da leitura e escrita nesse nível. A primeira enfatiza o desenvolvimento de habilidades consideradas pré-requisitos para a aprendizagem, buscando que a criança alcance maturidade nessas áreas antes

de iniciar o ensino formal da língua escrita. A segunda postula que a aquisição da leitura e escrita depende da eficácia dos métodos utilizados pelo professor, e que o início do aprendizado desses processos deve ocorrer em um momento oportuno, permitindo que a criança manipule e experimente materiais impressos. Essas posições, no que diz respeito ao ensino da leitura nas primeiras etapas da escolaridade, pertencem a uma visão restritiva e limitada que considera a leitura apenas como um processo de decodificação de códigos, não compatível com a imagem de um aluno ativo e com um ensino cuja missão é promover e estimular o desenvolvimento (Solé, 2001). Atualmente, a programação escolar nesse nível evoluiu de uma série de atividades não sequenciais e não planejadas para um campo de educação que se beneficia de um conjunto altamente estruturado de métodos, técnicas e práticas pedagógicas, beneficiando bebês e crianças.

A QUESTÃO DA INTRODUÇÃO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme Ferreiro (2000), essa questão está formulada de maneira inadequada, pois se a resposta for não, estaria transferindo essa responsabilidade para o ensino fundamental. Se a resposta for sim, implicaria na introdução de práticas inadequadas da escola primária na Educação Infantil. Portanto, propõe-se reformular a pergunta, focalizando-se na aprendizagem e no ensino: Devemos permitir que as crianças tenham contato com a linguagem escrita na Educação Infantil?

Nesse caso, a resposta é claramente afirmativa. A criança deve vivenciar experiências diversas com a linguagem escrita, explorando diferentes materiais, compreendendo as diferenças entre imagens e texto, descobrindo as partes de um livro, entre outras atividades. Ferreiro (2000) explica que as fases de Piaget têm sido utilizadas como indicadores de desenvolvimento cognitivo para determinar o que a criança é capaz de aprender em determinado momento.

No entanto, essas fases também têm sido amplamente empregadas para impor restrições: uma coisa é a criança não ser capaz de realizar uma determinada tarefa intelectual até certo ponto, e outra é proibir que ela entre em contato com objetos e problemas que desafiem suas habilidades atuais. Por exemplo, restringir o acesso à linguagem escrita até que a criança atinja sua maturidade. Um ambiente propício à aprendizagem, sem restrições, deve incluir livros e incentivar a circulação de informações sobre a linguagem escrita.

A leitura envolve uma atividade mental na qual o leitor interage com o texto escrito para extrair significado por meio da interação entre o conhecimento do leitor e o conteúdo do texto (FRACA, 2003).

Quando uma criança pega um livro de histórias com a intenção de lê-lo, observa as palavras, examina as imagens e constrói uma narrativa com base em seu conhecimento sobre o tema, podemos dizer que ela está envolvida na leitura. Portanto, nas primeiras fases da alfabetização, a leitura é uma forma de produzir a mensagem ou o conteúdo do texto, na qual a criança elabora informações, busca prazer ou se diverte.

Solé (2008, p.69-70) argumenta que:

estratégias de compreensão leitora são procedimentos de caráter elevado, as quais envolvem a presença de objetivos a serem realizados e o planejamento das ações que são desencadeadas para atingi-los, assim como sua avaliação e possível mudança.

De forma similar, Fraca (2003) sugere que outro indicativo da atividade de leitura é a habilidade das crianças de fazer previsões ao ouvirem uma história sendo contada. Esses são todos sinais de que a criança está compreendendo a leitura.

Por outro lado, a escrita é um processo intelectual no qual mensagens com significado são transmitidas através de um sistema de escrita, na forma de textos, em uma situação específica e com uma intenção específica (FRACA, 2003). Após fazer um desenho, a criança o descreve por escrito.

As expressões da escrita nessa fase devem ser avaliadas levando em consideração três aspectos: (a) o conhecimento do código relacionado ao reconhecimento do alfabeto, direção e aspectos formais da escrita (pontuação, letras maiúsculas, minúsculas, etc.); (b) a reflexão sobre os processos de escrita e leitura; e (c) a funcionalidade dos textos em termos de suas finalidades: solicitar, descrever, informar, etc.

Com base na revisão teórica realizada, fica claro que a leitura e a escrita têm um lugar na educação infantil, um lugar que cada escola deve especificar em suas propostas educacionais. É importante reconhecer que o sistema de linguagem escrita é complexo e exigirá esforços dos professores e das crianças que participam do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, isso não significa subestimar a capacidade das crianças ou tentar reduzir esse sistema complexo a um conjunto de habilidades com uma conexão questionável com a leitura (SOLÉ, 2001).

COMO ESTIMULAR O CONTATO DA CRIANÇA COM A LINGUAGEM ESCRITA?

Diversos estudos, como os de Fraca (2003) e Salgado (2000), propõem uma abordagem educativa na fase pré-escolar, na qual o trabalho se baseia na compreensão da palavra como a menor unidade de significado, que é utilizada para formar frases ou textos.

As atividades iniciais devem concentrar-se no desenvolvimento da oralidade e da escrita por meio de ilustrações sobre temas abordados, que são posteriormente complementadas com escrita relacionada a eles (as crianças acompanham suas ilustrações com escrita). Também é essencial permitir o manuseio de uma variedade de materiais escritos, como cartas, quebra-cabeças, receitas, histórias em quadrinhos, embalagens, entre outros. O objetivo é utilizar uma linguagem escrita relacionada à linguagem oral da criança, com base em suas vivências; reconhecer palavras completas, nomes de letras; exercitar a memória auditiva, a memória visual, sequências, a progressão da esquerda para a direita e de cima para baixo, e associar o som ao símbolo.

Posteriormente, as crianças devem interagir com frases definidas como conjuntos de palavras com significado completo, por meio da criação de histórias em quadrinhos e quebra-cabeças, e da identificação de elementos estranhos ou fora de contexto na frase. Por fim, o texto deve ser utilizado como referência para a maioria das estratégias, como a produção de narrativas, cartões comemorativos, listas de compras, entre outras.

Às vezes, numa aula de elocução em que o ponto de partida foi um texto escrito e que introduz o aluno às normas da escrita em situações de produção oral, a intervenção mais frequente e mais típica é 'faça uma frase completa'. Isso é muito frequente na declamação de poemas (...) e na leitura em voz alta, que representa 70% das atividades orais. (DOLZ E SCHNEUWLY 2004, p. 133)

Teberosky (2001) apresenta uma visão inovadora sobre o processo de ensino-aprendizagem, propondo novas maneiras de organizar as atividades educacionais. Ele destaca duas funções distintas: a escrita funcional e a escrita ficcional, e dois tipos de escrita: a escrita do ambiente urbano e a escrita documental. Essas abordagens requerem novos objetivos, que vão além do simples domínio do código, do controle gráfico, da identificação visual de palavras ou da compreensão, buscando metas cada vez mais específicas.

Solé (2001) observa que a maioria das crianças já teve algum contato com a leitura antes de ingressar na educação infantil, e muitas delas já estão familiarizadas com esse processo. Portanto, aproximar as crianças da leitura nessa fase significa aproximá-las de algo que elas já conhecem, algo que geralmente proporciona experiências divertidas e satisfatórias e faz parte de suas vidas.

Segundo esse autor, o ensino inicial da leitura deve garantir uma interação significativa e funcional da criança com a linguagem escrita. Para algumas crianças, isso irá expandir o aprendizado que já começou em casa, enquanto para outras será a oportunidade de iniciar esse processo, uma oportunidade que não deve ser adiada. Promover essa interação implica em ter materiais escritos relevantes e bem selecionados na sala de aula. Além disso, os adultos responsáveis pela educação das crianças devem utilizar a linguagem escrita na presença delas, quando apropriado e necessário, para que elas compreendam o valor comunicativo da escrita. Se surgir a necessidade de explorar o código nessa abordagem, não há problema em responder às curiosidades das crianças com informações relevantes e adaptadas às suas necessidades.

Jolibert (2001; 1991) apresenta uma proposta didática abrangente e integrada que engloba o processo de aprendizagem da leitura e da produção de textos na escola.

O ponto de partida é que aprender a ler signi-

fica aprender a questionar textos completos desde o início. O segundo princípio sustenta que questionar um texto envolve construir ativamente um significado, com base nas necessidades e projetos individuais, utilizando diferentes abordagens e estratégias relevantes para conectá-los. O terceiro princípio afirma que a aprendizagem envolve a transição gradual de uma complexidade percebida como confusa para uma complexidade estruturada, por meio de uma prática extensa e interativa. O quarto princípio destaca a interdependência entre aprender a ler e aprender a produzir textos; ou seja, aprendemos a ler por meio da produção de textos e aprendemos a produzir textos por meio da leitura. O quinto princípio ressalta que as habilidades linguísticas necessárias tanto para a leitura quanto para a produção de textos podem ser desenvolvidas. Em resumo, o autor enfatiza a importância de formar crianças leitoras em vez de simplesmente ensinar a ler. Essas propostas exemplificam como a abordagem ao texto escrito pode ser realizada tanto na escrita quanto na leitura para os alunos mais jovens, desmistificando e argumentando a relevância da introdução da linguagem escrita no estágio inicial.

O CONTATO COM OS LIVROS INFANTIS

O contato com os livros infantis pode ocorrer desde antes do nascimento ou desde o berço, quando o primeiro livro da criança é colocado nas mãos da criança ou quando ela ouve as rimas e canções de ninar que mães e avós cantavam há gerações.

As crianças aprendem com a língua que ouvem; portanto, quanto mais rico for o ambiente linguístico, mais rico será o desenvolvimento da linguagem. O processo de apropriação da linguagem continua ao longo dos anos escolares, portanto esses anos devem ser preenchidos com imagens e vocabulário emocionantes que a literatura infantil oferece. O termo literatura pode ser definido a partir de uma perspectiva histórica ou cultural, da perspectiva de um crítico ou de outro, ou de um leitor ou de outro.

Como promotores de leitura, entendemos a literatura como a construção imaginária da vida e do pensamento em formas e estruturas de linguagem, integradas num conjunto de símbolos que provocam uma experiência estética. Essa experiência pode ser a reconstrução ou expansão viva de acontecimentos anteriores, ou a criação de novas experiências a partir da interação com diferentes gêneros.

A base de todos estes gêneros é a função imaginativa da literatura que permite ao aluno o enriquecimento pessoal, o conhecimento do património cultural do seu contexto social, a reafirmação da sua identidade e o contacto com mundos diferentes, o que favorece o desenvolvimento de um pensamento divergente. Assim, a literatura infantil, maioritariamente escrita por adultos, é aquela que, tendo ou não a criança como protagonista, reflete as suas emoções e experiências; É aquele que, tendo como centro a perspectiva da criança, oferece-lhe, nem sempre, finais felizes.

Pode-se dizer que as crianças, desde muito pequenas, participam da literatura como brincadeira, diversão ou entretenimento. Quando vai para a escola também tem contato com a literatura não só para fins recreativos, mas com outras intenções: aprender a ler e escrever, culturais, morais, religiosas e pedagógicas. Neste sentido, é oportuno mencionar Rodríguez (1991) que salienta que a criança desde o nascimento está exposta aos produtos literários que a sua cultura propõe para diversos fins e através de diferentes meios (por exemplo, televisão, rádio, cinema). Ela ouve canções de ninar, ouve histórias ou lêem para ela. Portanto, entre as primeiras atividades espontâneas de expressão oral e leitura nas crianças está a fruição de histórias. Esse gênero literário é o mais utilizado pelos professores para o ensino da leitura em sala de aula; porque é mais comum, apropriado e aceito em todas as idades.

Da mesma forma, a história é uma ferramenta que estimula o pensamento criativo, imaginativo e crítico das crianças, permitindo-lhes se expressarem de diversas formas. Desde o nível da Educação Infantil, as crianças demonstram interesse em explorar e estabelecer contato com diferentes materiais de leitura e escrita, que as induzem a manifestar vivências e vivências reais e imaginativas, dando origem à expressão das suas próprias ideias, emoções e sentimentos. que permitem que seu mundo interior emerja. Portanto, o uso da história torna-se um instrumento didático útil para acompanhar emocional e criativamente as crianças em seu processo de formação.

A literatura infantil constitui um poderoso

meio de transmissão da cultura, de integração de áreas do conhecimento: história, música, arte, psicologia, sociologia, etc., de enriquecimento de universos conceituais e de formação de valores. Além disso, a literatura desempenha um papel fundamental na escola e em casa como ferramenta que promove a aproximação aos processos de leitura e escrita.
A importância da literatura pode ser refletida no valor emocional que ela oferece à criança por meio de:
a) Prazer e alegria: a literatura educa e também diverte. Ao criar espaços na sala de aula para a literatura, abrem-se portas à criatividade, ao poder criativo da palavra e do imaginário; levando as crianças a descobrir o prazer que os livros trazem antes de serem solicitadas a desenvolver competências de leitura (ou seja, descodificação).
b) Reforço da narrativa como forma de pensamento: Contar histórias é tão antigo quanto a história da humanidade e tão novo quanto o acontecimento atual. Nas crianças, a narração é a forma típica de pensamento que pode ser observada em diferentes situações de suas vidas (por exemplo, o incômodo que sentem por terem que compartilhar brinquedos ou a emoção da aventura de ir à praia pela primeira vez). A narração do livro oferece uma reafirmação da história pessoal que a criança contou a si mesma e que podemos associar ao que Vygotsky (1982) descreve como linguagem interior.
c) Desenvolvimento da imaginação: A literatura desenvolve a imaginação e a curiosidade das crianças, ajudando-as a apreciar a natureza, as pessoas e as experiências por meios não considerados por elas. Os livros infantis têm o poder de criar imagens na mente do leitor e expandir sua imaginação. O imaginário é definido pelo grau de transposição da realidade e se opõe ao referencial.
d) Percepção do comportamento humano: A literatura tem potencial para refletir a vida, delineando e dando coerência à experiência humana. Ao contrário do que a escola oferece, a literatura expressa emoções e qualidade de vida.
Na prática educativa cotidiana, é possível detectar que uma metodologia tradicional (memorística, reprodutiva, pouco participativa e criativa, irreflexiva e acrítica) continua a ser aplicada, e o texto literário, geralmente a história, é utilizado como tranquilizante para o comportamento dos alunos. Assim, consideramos necessário sublinhar que a literatura é um recurso fundamental para alcançar o desenvolvimento saudável do pensamento criativo e, assim, incentivar a sua expressão espontânea em qualquer atividade de aprendizagem escolar. A leitura e a produção de textos literários, como histórias, poemas ou canções, desenvolvem as capacidades criativas das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as razões possam ser questionáveis ou aceitáveis, o fato é que a maioria das turmas da Educação Infantil tenta ensinar a leitura e a escrita. Portanto, a preocupação hoje deve centrar-se em como fazê-lo.
O professor da Educação Infantil deve ter imaginação para criar materiais didáticos centrados na criança e deve aprender como comunicar aos pais que está ensinando a leitura.
A primeira e fundamental é que o professor consiga estimular a criança, promovendo a descoberta das funções sociais da escrita, ou seja, que o aluno conheça os usos da leitura e da escrita, tais como: o prazer de nos recriarmos com uma leitura divertida; o benefício de saber como e onde encontrar informações úteis para brincar, aprender ou trabalhar; a vantagem de escrever para organizar as ideias e não sobrecarregar a memória; entre outras.
Imagine o leitor o que aconteceria se a criança aprende que ler é decifrar corretamente um conjunto de sons que não dizem nada, sem sentido, ou aprender a escrever sem nenhuma função.
Portanto, uma das recomendações que pode ser feita ao professor é sistematizar ou ordenar as atividades que visam descobrir as funções sociais da escrita.
Incorporar o aprendizado da leitura e da escrita na Educação Infantil deve agregar alegria e maior autoestima à criança. Ajudar no aprendizado da leitura e da escrita na Educação Infantil não causa nenhum dano, ou seja, não se trata de abandonar completamente a responsabilidade num nível ou noutro. Pelo contrário, haveria benefícios futuros se as escolas primárias alterassem os seus programas de ensino para acomodar o processo de aprendizagem pré-escolar, uma vez que o que é aprendido na Educação Infantil deve ser uti-

lizado e expandido nos anos subsequentes. Um aspecto muito importante é estimular o interesse de cada criança em querer aprender a ler e escrever, independente do seu nível de preparo. São as características da criança que determinam as decisões sobre o ensino. A singularidade de cada criança em idade pré-escolar dirá quando ela estará pronta para enfrentar ambos os processos.

Por tudo o que foi exposto, pode-se concluir que toda escrita infantil deve ser dirigida a um leitor, ter uma mensagem clara e uma função comunicativa específica. A criança escreve e lê de acordo com as etapas em que se encontra no seu processo de aprendizagem. O papel do professor deve ser de facilitar o desenvolvimento de competências para que cada aluno se torne um leitor e escritor eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRO E. Cultura escrita e educação. México. DF: Fundo de Cultura Econômica. 2000.

FERREIRO E. A leitura e a escrita devem ou não ser ensinadas no jardim de infância? Um problema mal colocado. Pré-escola, vol. 1, número 2, México. 1982.

FRACA, L. Pedagogia integrativa na sala de aula. Caracas: Os Livros do El Nacional. pp. 177-185. 2003.

JOLIBERT, J. Capacitar leitores/produtores de texto. Proposta de problema didático integrado. In: Bofarull et al, Compreensão de leitura. O uso da linguagem como procedimento. (pp. 79-95). Barcelona: Graó. 2001.

JOLIBERT, J. Treine as crianças para produzir textos. Chile: Hachette. 1991.

SALGADO H. Como ensinamos a ler e a escrever. Buenos Aires: Magistério do Rio da Prata. 2000.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das letras, 2004.

SOLÉ, I. (2001). Leitura na educação infantil? Sim, obrigado. In: Bofarull et al, Compreensão de leitura. O uso da linguagem como procedimento. (pp. 69-78) Barcelona: Graó

TEBEROSKY, A. A iniciação ao mundo da escrita. Em Bofarull et al, Compreensão de leitura. O uso da linguagem como procedimento. (pp.59-68) Barcelona: Graó. 2001.